

ÍNDICE-SUMÁRIO

CÓDIGO PENAL

DECRETO-LEI Nº 400/82, DE 23 DE SETEMBRO	7
DECRETO-LEI Nº 48/95, DE 15 DE MARÇO	11
LEI Nº 59/2007, DE 4 DE SETEMBRO	19

LIVRO I Parte Geral	41
TÍTULO I Da lei criminal	41
CAPÍTULO ÚNICO Princípios gerais	41
TÍTULO II Do facto	44
CAPÍTULO I Pressupostos da punição	44
CAPÍTULO II Formas do crime	48
CAPÍTULO III Causas que excluem a ilicitude e a culpa	50
TÍTULO III Das consequências jurídicas do facto	52
CAPÍTULO I Disposição preliminar	52
CAPÍTULO II Penas	52
SECÇÃO I Penas de prisão, de multa e de proibição do exercício de profissão, função ou atividade	52
SECÇÃO II Suspensão da execução da pena de prisão	57
SECÇÃO III Prestação de trabalho a favor da comunidade e admoestação	60
SECÇÃO IV Liberdade condicional	62
CAPÍTULO III Penas acessórias e efeitos das penas	64
CAPÍTULO IV Escolha e medida da pena	67
SECÇÃO I Regras gerais	67
SECÇÃO II Reincidência	69
SECÇÃO III Punição do concurso de crimes e do crime continuado	70
SECÇÃO IV Desconto	71
CAPÍTULO V Pena relativamente indeterminada	72
SECÇÃO I Delinquentes por tendência	72
SECÇÃO II Alcoólicos e equiparados	73
SECÇÃO III Disposições comuns	74
CAPÍTULO VI Pessoas colectivas	75
CAPÍTULO VII Medidas de segurança	79
SECÇÃO I Internamento de inimputáveis	79

SECÇÃO II Suspensão da execução do internamento	81
SECÇÃO III Execução da pena e da medida de segurança privativas da liberdade	81
SECÇÃO IV Medidas de segurança não privativas da liberdade	82
CAPÍTULO VIII Internamento de imputáveis portadores de anomalia psíquica	84
CAPÍTULO IX Perda de instrumentos, produtos e vantagens	85
TÍTULO IV Queixa e acusação particular	88
TÍTULO V Extinção da responsabilidade criminal	90
CAPÍTULO I Prescrição do procedimento criminal	90
CAPÍTULO II Prescrição das penas e das medidas de segurança	92
CAPÍTULO III Outras causas de extinção	94
TÍTULO VI Indemnização de perdas e danos por crime	94
LIVRO II Parte Especial	97
TÍTULO I Dos crimes contra as pessoas	97
CAPÍTULO I Dos crimes contra a vida	97
CAPÍTULO II Dos crimes contra a vida intra-uterina	100
CAPÍTULO III Dos crimes contra integridade física	101
CAPÍTULO IV Dos crimes contra a liberdade pessoal	107
CAPÍTULO V Dos crimes contra liberdade e autodeterminação sexual	112
SECÇÃO I Crimes contra a liberdade sexual	112
SECÇÃO II Crimes contra a autodeterminação sexual	115
SECÇÃO III Disposições comuns	118
CAPÍTULO VI Dos crimes contra a honra	119
CAPÍTULO VII Dos crimes contra a reserva da vida privada	122
CAPÍTULO VIII Dos crimes contra outros bens jurídicos pessoais	124
TÍTULO II Dos crimes contra o património	126
CAPÍTULO I Disposição preliminar	126
CAPÍTULO II Dos crimes contra a propriedade	126
CAPÍTULO III Dos crimes contra o património em geral	132
CAPÍTULO IV Dos crimes contra direitos patrimoniais	136
CAPÍTULO V Dos crimes contra o sector público ou cooperativo agravados pela qualidade do agente	139
TÍTULO III Dos crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal	140
TÍTULO IV Dos crimes contra a vida em sociedade	143
CAPÍTULO I Dos crimes contra a família, os sentimentos religiosos e o respeito devido aos mortos	143
SECÇÃO I Dos crimes contra a família	143
SECÇÃO II Dos crimes contra sentimentos religiosos	144
SECÇÃO III Dos crimes contra o respeito devido aos mortos	145
CAPÍTULO II Dos crimes de falsificação	145
SECÇÃO I Disposição preliminar	145
SECÇÃO II Falsificação de documentos	146
SECÇÃO III Falsificação de moeda, título de crédito e valor selado	149
SECÇÃO IV Falsificação de cunhos, pesos e o objectos análogos	151
SECÇÃO V Disposição comum	152
CAPÍTULO III Dos crimes de perigo comum	153

CAPÍTULO IV Dos crimes contra a segurança das comunicações	161
CAPÍTULO V Dos crimes contra a ordem e tranquilidade públicas	164
SECÇÃO I Dos crimes de anti-socialidade perigosa	164
SECÇÃO II Dos crimes contra a paz pública	165
SECÇÃO III Dos crimes contra sinais de identificação	167
TÍTULO V Dos crimes contra o Estado	168
CAPÍTULO I Dos crimes contra a segurança do Estado	168
SECÇÃO I Dos crimes contra a soberania nacional	168
SUBSECÇÃO I Dos crimes contra a independência e a integridade nacionais	168
SUBSECÇÃO II Dos crimes contra estados estrangeiros e organizações internacionais	171
SECÇÃO II Dos crimes contra a realização do estado de direito	172
SECÇÃO III Dos crimes eleitorais	176
SECÇÃO IV Disposições comuns	178
CAPÍTULO II Dos crimes contra a autoridade pública	178
SECÇÃO I Da resistência, desobediência e falsas declarações à autoridade pública	178
SECÇÃO II Da tirada e evasão de presos e do não cumprimento de obrigações impostas por sentença criminal	180
SECÇÃO III Da violação de providências públicas	181
SECÇÃO IV Usurpação de funções	182
CAPÍTULO III Dos crimes contra a realização da justiça	182
CAPÍTULO IV Dos crimes cometidos no exercício de funções públicas	188
SECÇÃO I Da corrupção	188
SECÇÃO II Do peculato	190
SECÇÃO III Do abuso de autoridade	191
SECÇÃO IV Da violação de segredo	192
SECÇÃO V Do abandono de funções	193
SECÇÃO VI Disposição geral	193
TÍTULO VI Dos crimes contra animais de companhia	194

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

REGIME JURÍDICO DO CHEQUE SEM PROVISÃO

DECRETO-LEI Nº 454/91, DE 28 DE DEZEMBRO	199
DECRETO-LEI Nº 316/97 DE 19 DE NOVEMBRO	203
LEI Nº 48/2005, DE 29 DE AGOSTO	207
CAPÍTULO I Das restrições ao uso de cheque	209
CAPÍTULO II Obrigatoriedade de pagamento	212
CAPÍTULO III Regime penal do cheque	213
CAPÍTULO IV Contra-ordenações	216
CAPÍTULO V Disposições finais	217

INFRAÇÕES ANTIECONÓMICAS E CONTRA A SAÚDE PÚBLICA

DECRETO-LEI Nº 28/84, DE 20 DE JANEIRO	219
--	-----

CAPÍTULO I Princípios gerais	224
CAPÍTULO II Dos crimes contra a economia e contra a saúde pública	225
SECÇÃO I Princípios gerais	225
SECÇÃO II Dos crimes em especial	231
SUBSECÇÃO I Crimes contra a saúde pública	231
SUBSECÇÃO II Crimes contra a economia	232
SECÇÃO III Do processo	240
CAPÍTULO III Das contra-ordenações	243
SECÇÃO I Princípios gerais	243
SECÇÃO II Das contra-ordenações em especial	245
SECÇÃO III Do processo	249
CAPÍTULO IV Definições e classificações	252
CAPÍTULO V Disposições finais	255
REGIME GERAL DAS INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS	
LEI Nº 15/2001, DE 5 DE JUNHO	257
PARTE I Princípios gerais	257
CAPÍTULO I Disposições comuns	257
CAPÍTULO II Disposições aplicáveis aos crimes tributários	261
CAPÍTULO III Disposições aplicáveis às contra-ordenações	266
PARTE II Do processo	270
CAPÍTULO I Processo penal tributário	270
CAPÍTULO II Processo de contra-ordenação tributária	275
SECÇÃO I Disposições gerais	275
SECÇÃO II Processo de aplicação das coimas	280
SUBSECÇÃO I Da fase administrativa	280
SUBSECÇÃO II Da fase judicial	285
PARTE III Das infracções tributárias em especial	287
TÍTULO I Crimes tributários	287
CAPÍTULO I Crimes tributários comuns	287
CAPÍTULO II Crimes aduaneiros	289
CAPÍTULO III Crimes fiscais	293
CAPÍTULO IV Crimes contra a segurança social	295
TÍTULO II Contra-ordenações tributárias	296
CAPÍTULO I Contra-ordenações aduaneiras	296
CAPÍTULO II Contra-ordenações fiscais	301
REGIME DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DOS TITULARES DE CARGOS POLÍTICOS	
LEI Nº 34/87, DE 16 DE JULHO	311
CAPÍTULO I Dos crimes de responsabilidade de titular de cargo político em geral	311
CAPÍTULO II Dos crimes de responsabilidade de titular de cargo político em especial	313
CAPÍTULO III Dos efeitos das penas	320

CAPÍTULO IV Regras especiais de processo	321
CAPÍTULO V Da responsabilidade civil emergente de crime de responsabilidade de titular de cargo político	324
CAPÍTULO VI Disposição final	325
LEI DO CIBERCRIME	
LEI Nº 109/2009, DE 15 DE SETEMBRO	327
CAPÍTULO I Objecto e definições	327
CAPÍTULO II Disposições penais materiais	328
CAPÍTULO III Disposições processuais	331
CAPÍTULO IV Cooperação internacional	337
CAPÍTULO V Disposições finais e transitórias	340
LEI DO JOGO	
DECRETO-LEI Nº 422/89, DE 2 DE DEZEMBRO	343
CAPÍTULO I Disposições gerais	344
CAPÍTULO II Das concessões	347
CAPÍTULO III Dos bens afectos às concessões	350
CAPÍTULO IV Dos casinos	353
SECÇÃO I Disposições gerais	353
SECÇÃO II Das salas de jogos	356
CAPÍTULO V Da prática dos jogos nos casinos	362
CAPÍTULO VI Das pessoas afectas à exploração e à prática dos jogos em casinos	367
SECÇÃO I Dos órgãos das concessionárias e das direcções dos casinos	367
SECÇÃO II Do pessoal das salas de jogos	370
CAPÍTULO VII Do regime fiscal	373
CAPÍTULO VIII Da inspecção e das garantias	378
SECÇÃO I Da inspecção	378
SECÇÃO II Das garantias	380
CAPÍTULO IX Ilícitos e sanções	382
SECÇÃO I Dos crimes	382
SECÇÃO II Violação de deveres das concessionárias	384
SECÇÃO III Contra-ordenações praticadas pelos empregados das concessionárias	388
SECÇÃO IV Contra-ordenações praticadas pelos frequentadores das salas de jogos	390
CAPÍTULO X Planos de obras das zonas de jogo	391
CAPÍTULO XI Das modalidades afins dos jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo	393
CAPÍTULO XII Disposições transitórias e finais	396
TRÁFICO E CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS	
DECRETO-LEI Nº 15/93, DE 22 DE JANEIRO	397
CAPÍTULO I Disposições gerais	397
CAPÍTULO II Autorizações, fiscalização e prescrições médicas	398

CAPÍTULO III Tráfico, branqueamento e outras infracções	404
CAPÍTULO IV Consumo e tratamento	411
CAPÍTULO V Legislação subsidiária	414
CAPÍTULO VI Regras especiais	417
CAPÍTULO VII Contra-ordenações e coimas	420
CAPÍTULO VIII Disposições finais	421
Tabelas das plantas, substâncias e preparações sujeitas a controlo	423
REGIME JURÍDICO APLICÁVEL AO CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS	
LEI Nº 30/2000, DE 29 DE NOVEMBRO	437
REGIME DE RESPONSABILIDADE PENAL POR COMPORTAMENTOS ANTIDESPORTIVOS	
LEI Nº 50/2007, DE 31 DE AGOSTO	447
CAPÍTULO I Disposições gerais	449
CAPÍTULO II Crimes	451
CAPÍTULO III Disposições finais	454
REGIME DE RESPONSABILIDADE PENAL POR CRIMES DE CORRUPÇÃO COMETIDOS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL E NA ATIVIDADE PRIVADA	
LEI Nº 20/2008, DE 21 DE ABRIL	455
CAPÍTULO I Disposições gerais	455
CAPÍTULO II Crimes	457
CAPÍTULO III Disposições finais	458
REGIME JURÍDICO DAS ARMAS E SUAS MUNIÇÕES	
LEI Nº 5/2006, DE 23 DE FEVEREIRO	459
CAPÍTULO I Disposições gerais	459
SECÇÃO I Objecto, âmbito, definições legais e classificação das armas	459
SECÇÃO II Aquisição, detenção, uso e porte de armas	476
CAPÍTULO II Homologação, licenças para uso e porte de armas ou sua detenção	482
SECÇÃO I Homologação, tipos de licença e atribuição	482
SECÇÃO II Cursos de formação e de actualização, exames e certificados	488
SECÇÃO III Renovação e caducidade das licenças	491
CAPÍTULO III Aquisição de armas e munições	492
SECÇÃO I Autorizações de aquisição e declarações de compra e venda ou doação de armas	492
SECÇÃO II Aquisição de munições	494
SECÇÃO III Aquisição por sucessão mortis causa e cedência por empréstimo	495
CAPÍTULO IV Normas de conduta de portadores de armas	497
SECÇÃO I Obrigações comuns	497
SECÇÃO II Uso de armas de fogo, eléctricas e aerossóis de defesa	498
SECÇÃO III Proibição de detenção, uso e porte de arma	500
CAPÍTULO V Armeiros	501

SECÇÃO I Tipos de alvarás, sua atribuição e cassação	501
SECÇÃO II Obrigações dos armeiros, registos e mapas	504
SECÇÃO III Obrigações dos armeiros no fabrico, montagem e reparação de armas	506
CAPÍTULO VI Carreiras e campos de tiro	507
SECÇÃO I Prática de tiro	507
SECÇÃO II Atribuição de alvarás, sua cedência e cassação	507
CAPÍTULO VII Importação, exportação, transferência e cartão europeu de arma de fogo	508
SECÇÃO I Importação e exportação de armas e munições	508
SECÇÃO II Transferência	516
SECÇÃO III Cooperação internacional e administrativa	519
SECÇÃO IV Cartão europeu de arma de fogo	520
CAPÍTULO VIII Manifesto	521
SECÇÃO I Marcação e registo	521
CAPÍTULO IX Disposições comuns	523
CAPÍTULO X Responsabilidade criminal e contra-ordenacional	528
SECÇÃO I Responsabilidade criminal e crimes de perigo comum	528
SECÇÃO II Penas acessórias e medidas de segurança	530
SECÇÃO III Responsabilidade contra-ordenacional	533
SECÇÃO IV Regime subsidiário e competências	537
SECÇÃO V Apreensão de armas e cassação de licenças	538
SECÇÃO VI Operações especiais de prevenção criminal	541
CAPÍTULO XI Disposições transitórias e finais	543
SECÇÃO I Regime transitório	543
SECÇÃO II Revogação e início de vigência	546
MEDIDAS TENDENTES À ENTREGA DE ARMAMENTO, EXPLOSIVOS E MUNIÇÕES ILEGALMENTE DETIDOS	
LEI Nº 1/98, DE 8 DE JANEIRO	549
LEI DE COMBATE AO TERRORISMO	
LEI Nº 52/2003, DE 22 DE AGOSTO	551
MEDIDAS DE COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO	
LEI Nº 83/2017, DE 18 DE AGOSTO	557
CAPÍTULO I Disposições gerais	557
SECÇÃO I Objecto e conceitos	557
SECÇÃO II Âmbito de aplicação	565
CAPÍTULO II Avaliação nacional de risco	571
CAPÍTULO III Limites à utilização de numerário	574
CAPÍTULO IV Deveres gerais	574
SECÇÃO I Disposição geral	574
SECÇÃO II Dever de controlo	575

SUBSECÇÃO I Disposições gerais	575
SUBSECÇÃO II Disposições específicas	578
SUBSECÇÃO III Políticas de grupo	587
SECÇÃO III Dever de identificação e diligência	589
SUBSECÇÃO I Identificação e diligência normal	589
DIVISÃO I Disposições gerais	589
DIVISÃO II Beneficiários efetivos	594
SUBSECÇÃO II Medidas simplificadas	599
SUBSECÇÃO III Medidas reforçadas	600
SUBSECÇÃO IV Obrigação de atualização	604
SUBSECÇÃO V Execução por terceiros	605
SECÇÃO IV Dever de comunicação	607
SUBSECÇÃO I Comunicação de operações suspeitas	607
SUBSECÇÃO II Outras comunicações	608
SECÇÃO V Dever de abstenção e decisões de suspensão	609
SECÇÃO VI Outros deveres	612
SECÇÃO VII Proteção e tratamento de dados pelas entidades obrigadas	620
CAPÍTULO V Deveres específicos das entidades financeiras	623
SECÇÃO I Disposições gerais	623
SECÇÃO II Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo	624
SECÇÃO III Dever específico de identificação e diligência	625
SUBSECÇÃO I Contratos de seguros de vida	625
SUBSECÇÃO II Relações de correspondência	627
SECÇÃO IV Atividade em Portugal de entidades financeiras com sede no exterior	629
CAPÍTULO VI Deveres específicos das entidades não financeiras	632
SECÇÃO I Disposições gerais	632
SECÇÃO II Disposições específicas	632
SUBSECÇÃO I Jogos	632
SUBSECÇÃO II Profissões jurídicas	634
SUBSECÇÃO III Dissuasão da prática de atividade ilegal	635
CAPÍTULO VII Autoridades competentes	635
SECÇÃO I Autoridades competentes	635
SUBSECÇÃO I Autoridades judiciais e policiais	635
SUBSECÇÃO II Unidade de Informação Financeira	636
SUBSECÇÃO III Autoridades setoriais	637
DIVISÃO I Setor financeiro	637
DIVISÃO II Setor não financeiro	640
DIVISÃO III Comunicação de atividades imobiliárias	642
DIVISÃO IV Entidades equiparadas a entidades obrigadas	642
SECÇÃO II Poderes das autoridades setoriais	643
SECÇÃO III Deveres das autoridades setoriais	647
SECÇÃO IV Supervisão das instituições de pagamento e instituições de moeda eletrónica com sede noutro Estado membro da União Europeia	652

SECÇÃO V Denúncia de irregularidades	653
SECÇÃO VI Autorizações e avaliação da competência e idoneidade de órgãos sociais	653
CAPÍTULO VIII Informação e dados estatísticos	660
SECÇÃO I Informação	660
SECÇÃO II Recolha, manutenção e publicação	661
CAPÍTULO IX Cooperação	665
SECÇÃO I Cooperação nacional	665
SECÇÃO II Cooperação internacional	670
SUBSECÇÃO I Cooperação entre autoridades setoriais	670
DIVISÃO I Disposições gerais	670
DIVISÃO II Cooperação entre autoridades de supervisão do setor financeiro	674
SUBSECÇÃO II Cooperação entre Unidades de Informação Financeira	676
SUBSECÇÃO III Cooperação com as Autoridades Europeias de Supervisão e com o Banco Central Europeu	679
SUBSECÇÃO IV Cooperação entre a Unidade de Informação Financeira e a Comissão Europeia	680
CAPÍTULO X Entidades equiparadas a entidades obrigadas	680
SECÇÃO I Entidades gestoras de plataformas de financiamento colaborativo	680
SECÇÃO II Organizações sem fins lucrativos	681
CAPÍTULO XI Medidas de execução do Regulamento (UE) 2015/847	683
CAPÍTULO XII Regime sancionatório	686
SECÇÃO I Ilícitos criminais	686
SECÇÃO II Ilícitos contraordenacionais	687
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	687
SUBSECÇÃO II Ilícitos em especial	691
SUBSECÇÃO III Disposições processuais	702
SUBSECÇÃO IV Recurso	706
SUBSECÇÃO V Outras disposições	707
SECÇÃO III Ilícitos disciplinares	708
CAPÍTULO XIII Alterações legislativas	709
CAPÍTULO XIV Disposições transitórias e finais	710
REGIME DA PREVENÇÃO E REPRESSÃO DE ATOS ILÍCITOS PRATICADOS A BORDO DE AERONAVES CIVIS, EM VOOS COMERCIAIS	
DECRETO-LEI Nº 254/2003, DE 18 DE OUTUBRO	717
LEI PENAL RELATIVA ÀS VIOLAÇÕES DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO	
LEI Nº 31/2004, DE 22 DE JULHO	723
CAPÍTULO I Disposições gerais	723
CAPÍTULO II Crimes	726
SECÇÃO I Crime de genocídio e crimes contra a humanidade	726

SECÇÃO II Crimes de guerra	727
SECÇÃO III Crime de agressão internacional	731
SECÇÃO IV Outros crimes	732
CAPÍTULO III Disposição comum	733
REGIME GERAL DAS CONTRAORDENAÇÕES	
DECRETO-LEI Nº 433/82, DE 27 DE OUTUBRO	735
I PARTE Da contra-ordenação e da coima em geral	739
CAPÍTULO I Âmbito de vigência	739
CAPÍTULO II Da contra-ordenação	740
CAPÍTULO III Da coima e das sanções acessórias	742
CAPÍTULO IV Prescrição	745
CAPÍTULO V Do direito subsidiário	747
II PARTE Do processo de contra-ordenação	748
CAPÍTULO I Da competência	748
CAPÍTULO II Princípios e disposições gerais	750
CAPÍTULO III Da aplicação da coima pelas autoridades administrativas	751
CAPÍTULO IV Recurso e processo judiciais	754
CAPÍTULO V Processo de contra-ordenação e processo criminal	759
CAPÍTULO VI Decisão definitiva, caso julgado e revisão	760
CAPÍTULO VII Processos especiais	761
CAPÍTULO VIII Da execução	762
CAPÍTULO IX Das custas	764
CAPÍTULO X Disposição final	765
REGIME PENAL ESPECIAL PARA JOVENS	
DECRETO-LEI Nº 401/82, DE 23 DE SETEMBRO	767
LEI TUTELAR EDUCATIVA	
LEI Nº 166/99, DE 14 DE SETEMBRO	773
LEI Nº 4/2015, DE 15 DE JANEIRO	777
TÍTULO I Disposição introdutória	779
TÍTULO II Das medidas tutelares educativas	779
CAPÍTULO I Disposições gerais	779
CAPÍTULO II Conteúdo das medidas	782
CAPÍTULO III Regime das medidas	786
CAPÍTULO IV Interactividade entre penas e medidas tutelares	787
TÍTULO III Dos tribunais	790
CAPÍTULO I Tribunal	790
CAPÍTULO II Ministério Público	793
TÍTULO IV Do Processo tutelar	794
CAPÍTULO I Princípios gerais	794
CAPÍTULO II Identificação, detenção e medidas cautelares	797
SECÇÃO I Identificação	797
SECÇÃO II Detenção	797
SECÇÃO III Medidas cautelares	799

CAPÍTULO III Provas	801
CAPÍTULO IV Inquérito	803
SECÇÃO I Abertura	803
SECÇÃO II Formalidades	804
SECÇÃO III Suspensão do processo	806
SECÇÃO IV Encerramento	807
CAPÍTULO V Fase jurisdicional	809
SECÇÃO I Natureza e actos preliminares	809
SECÇÃO II Audiência prévia	810
SECÇÃO III Audiência	817
SECÇÃO IV Recursos	819
CAPÍTULO VI Tempos dos atos	821
CAPÍTULO VII Direito subsidiário	821
TÍTULO V Da execução das medidas	821
CAPÍTULO I Princípios gerais	821
CAPÍTULO II Revisão das medidas tutelares	823
CAPÍTULO III Regras de execução das medidas não institucionais	826
CAPÍTULO IV Internamento em centro educativo	827
SECÇÃO I Disposições gerais	827
SECÇÃO II Princípios da intervenção em centro educativo	834
SECÇÃO III Direitos e deveres dos menores	837
SECÇÃO IV Prémios	840
SECÇÃO V Medidas de contenção	840
SECÇÃO VI Regime disciplinar	842
SUBSECÇÃO I Princípios gerais	842
SUBSECÇÃO II Procedimento disciplinar	848
SUBSECÇÃO III Execução das medidas disciplinares	848
SECÇÃO VII Centros educativos	849
TÍTULO VI Registo de medidas tutelares educativas	850
TÍTULO VII Acompanhamento da execução e avaliação da Lei Tutelar Educativa	854
PROTEÇÃO DE MENORES	
LEI Nº 113/2009, DE 17 DE SETEMBRO	855
LEI DE SAÚDE MENTAL	
LEI Nº 36/98, DE 24 DE JULHO	861
CAPÍTULO I Disposições gerais	861
CAPÍTULO II Do internamento compulsivo	863
SECÇÃO I Disposições gerais	863
SECÇÃO II Dos direitos e deveres	864
SECÇÃO III Internamento	865
SECÇÃO IV Internamento de urgência	868
SECÇÃO V Casos especiais	870
SECÇÃO VI Disposições comuns	871
SECÇÃO VII Da natureza e das custas do processo	873

ÍNDICE-SUMÁRIO

SECÇÃO VIII Comissão de acompanhamento	873
CAPÍTULO III Disposições transitórias e finais	874
SECÇÃO I Disposições transitórias	874
SECÇÃO II Disposições finais	875
PROCREIAÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA	
LEI Nº 32/2006, DE 26 DE JULHO	877
LEI Nº 58/2017, DE 25 DE JULHO	879
CAPÍTULO I Disposições gerais	881
CAPÍTULO II Utilização de técnicas de PMA	885
CAPÍTULO III Inseminação artificial	888
CAPÍTULO IV Fertilização <i>in vitro</i>	890
CAPÍTULO V Diagnóstico genético pré-implantação	891
CAPÍTULO VI Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida	892
CAPÍTULO VII Sanções	894
SECÇÃO I Responsabilidade criminal	894
SECÇÃO II Ilícito contra-ordenacional	896
SECÇÃO III Sanções acessórias	897
SECÇÃO IV Direito subsidiário	897
CAPÍTULO VIII Disposições finais	897
LEI DA INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ	
LEI Nº 16/2007, DE 17 DE ABRIL	899
REGULAMENTAÇÃO DA LEI DA INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ	
PORTARIA Nº 741-A/2007, DE 21 DE JUNHO	903
CAPÍTULO I Disposições gerais	903
CAPÍTULO II Estabelecimentos de saúde oficiais	906
CAPÍTULO III Estabelecimentos de saúde oficialmente reconhecidos	907
CAPÍTULO IV Interrupção da gravidez por opção da mulher	907
CAPÍTULO V Interrupção da gravidez por grave doença ou malformação congénita do feto ou fetos inviáveis	909
CAPÍTULO VI Disposições finais e transitórias	910

SUMÁRIO

CÓDIGO PENAL Decreto-Lei nº 400/82, de 23 de setembro	7
REGIME JURÍDICO DO CHEQUE SEM PROVISÃO Decreto-Lei nº 454/91, de 28 de dezembro	199
INFRAÇÕES ANTIECONÓMICAS E CONTRA A SAÚDE PÚBLICA Decreto-Lei nº 28/84, de 20 de janeiro	219
REGIME GERAL DAS INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS Lei nº 15/2001, de 5 de junho	257
REGIME DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DOS TITULARES DE CARGOS POLÍTICOS Lei nº 34/87, de 16 de julho	311
LEI DO CIBERCRIME Lei nº 109/2009, de 15 de setembro	327
LEI DO JOGO Decreto-Lei nº 422/89, de 2 de dezembro	343
TRÁFICO E CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS Decreto-Lei nº 15/93, de 22 de janeiro	397
REGIME JURÍDICO APLICÁVEL AO CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS Lei nº 30/2000, de 29 de novembro	437
REGIME DE RESPONSABILIDADE PENAL POR COMPORTAMENTOS ANTIDESPORTIVOS Lei nº 50/2007, de 31 de agosto	447

SUMÁRIO

REGIME DE RESPONSABILIDADE PENAL POR CRIMES DE CORRUPÇÃO COMETIDOS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL E NA ATIVIDADE PRIVADA Lei nº 20/2008, de 21 de abril	455
REGIME JURÍDICO DAS ARMAS E SUAS MUNIÇÕES Lei nº 5/2006, de 23 de fevereiro	459
MEDIDAS TENDENTES À ENTREGA DE ARMAMENTO, EXPLOSIVOS E MUNIÇÕES ILEGALMENTE DETIDOS Lei nº 1/98, de 8 de janeiro	549
LEI DE COMBATE AO TERRORISMO Lei nº 52/2003, de 22 de agosto	551
MEDIDAS DE COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO Lei nº 83/2017, de 18 de agosto	557
REGIME DA PREVENÇÃO E REPRESSÃO DE ATOS ILÍCITOS PRATICADOS A BORDO DE AERONAVES CIVIS, EM VOOS COMERCIAIS Decreto-Lei nº 254/2003, de 18 de outubro	717
LEI PENAL RELATIVA ÀS VIOLAÇÕES DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO Lei nº 31/2004, de 22 de julho	723
REGIME GERAL DAS CONTRAORDENAÇÕES Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de outubro	735
REGIME PENAL ESPECIAL PARA JOVENS Decreto-Lei nº 401/82, de 23 de setembro	767
LEI TUTELAR EDUCATIVA Lei nº 166/99, de 14 de setembro	773
PROTEÇÃO DE MENORES Lei nº 113/2009, de 17 de setembro	855
LEI DE SAÚDE MENTAL Lei nº 36/98, de 24 de julho	861
PROCRIAÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA Lei nº 32/2006, de 26 de julho	877

LEI DA INTERRUÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ Lei nº 16/2007, de 17 de abril	899
REGULAMENTAÇÃO DA LEI DA INTERRUÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ Portaria nº 741-A/2007, de 21 de junho	903
ÍNDICE ANALÍTICO DO CÓDIGO PENAL	929
ÍNDICE-SUMÁRIO	943
SUMÁRIO	955

